

Francisco Lopes fala hoje à CPI sobre ajuda a bancos

As operações de socorro ao Marka e ao FonteCindam também deverão ser tema do depoimento que o ex-diretor do BC Cláudio Mauch prestará amanhã. Senadores formalizam acordo de cooperação com o Ministério da Justiça



Um dos objetivos da Comissão Parlamentar de Inquérito é verificar se o Banco Central devia mesmo socorrer os bancos Marka e FonteCindam, oferecendo-lhes dólares mais baratos



Lopes presidiu o BC na época da desvalorização do real

O ex-presidente do Banco Central (BC) Francisco Lopes será ouvido a partir das 16 horas de hoje pela CPI que investiga o sistema financeiro. Amanhã, a comissão ouvirá, no mesmo horário, Cláudio Mauch, ex-diretor de Fiscalização do BC. As operações de socorro aos bancos Marka e FonteCindam, que compraram dólares abaixo do preço de mercado durante o turbulento período de mudança da política cambial, em janeiro, deverão ser um dos principais temas dos depoimentos. Lopes e Mauch também devem ser questionados sobre o suposto vazamento de informações, em benefício de instituições financeiras que teriam lucrado com a desvalorização do real.

Integrantes da CPI, tendo à frente o presidente Bello Parga e o relator João Alberto, reuniram-se ontem com o ministro da Justiça, Renan Calheiros. Foram acertadas diversas providências para que os responsáveis pelo inquérito em andamento na Polícia Federal e pela investigação do Senado atuem em regime de cooperação. Tais medidas, que serão adotadas com o apoio do Ministério Público, incluem a tentativa de repatriar os recursos que teriam sido enviados ao exterior pelo dono do Banco Marka, Salvatore Cacciola.

PÁGINAS 3 E 4

CPI DO JUDICIÁRIO

Denúncias contra TRTs abrem depoimentos

O autor das denúncias de nepotismo e contratações irregulares no TRT da Paraíba e o auditor do TCU responsável pela análise da licitação feita pelo TRT-SP para construção de sua sede serão ouvidos hoje pela CPI do Judiciário, a partir das 10h. Já foram enviados os onze requerimentos de informações pedidos pelo relator da CPI, senador Paulo Souto. Um dos casos concretos que motivaram a abertura da comissão — as indenizações vultosas decididas pela Justiça, como a que envolve o Banco da Amazônia — será tema amanhã dos senadores, durante o depoimento da presidente do Basa, Flora Valadares Coelho.



Paulo Souto, relator da CPI

PÁGINA 5

Exame de policiais na Ordem do Dia

A sessão deliberativa de hoje do Senado vai apreciar, em turno suplementar, proposta que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica para os policiais militares, policiais civis e bombeiros.

Na mesma sessão, os senadores discutirão projeto de lei obrigando a rede pública de saúde a realizar cirurgia plástica reparadora de mama, nos casos de mutilação causada por tratamento de câncer.

PÁGINA 2

Mozarildo quer união com países vizinhos

O caminho para o maior desenvolvimento econômico do Brasil passa pela integração do Mercosul aos países da fronteira norte e do chamado Pacto Andino. É o que defendeu na sexta-feira, em discurso no plenário, o senador Mozarildo Cavalcanti.



Mozarildo Cavalcanti

PÁGINA 7

Simon pede diálogo entre RS e montadoras

O senador Pedro Simon pediu, na sexta-feira, ao governador gaúcho Olívio Dutra, que reconsidere sua decisão em relação à instalação de montadoras no Rio Grande do Sul, sob pena de o estado perder a chance de abrir milhares de novos empregos.



Pedro Simon

PÁGINA 8

Senado pode votar hoje avaliação para policiais

Proposta na Ordem do Dia torna obrigatória a análise psicológica, de caráter periódico, também para os integrantes de corpos de bombeiros

O plenário do Senado deve votar na sessão deliberativa de hoje, em turno suplementar, o substitutivo ao projeto de lei da Câmara que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis. Também será discutido o projeto de lei que obriga a cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), nos casos

de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.

Aprovado na última quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais, o projeto foi relatado pelo senador Tião Viana (PT-AC), o qual argumentou que a mutilação do corpo humano traz grandes sofrimentos e possíveis desajustes psíquicos e sociais, não se tratando dessa cirurgia de uma questão relacionada apenas com a estética. No debate sobre o projeto, a

senadora Marina Silva (PT-AC) alegou que a sensualidade feminina fica bastante afetada com a mutilação da mama, impondo uma série de consequências psicológicas para a mulher.

Os senadores deverão também discutir o texto da convenção internacional para a proteção de obtensões vegetais, já revisto em Genebra, assim como dois projetos de resolução – o que autoriza a União a celebrar o Aditivo ao



O plenário vota, também, projeto que beneficia mulheres que tiveram a mama mutilada

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 1999

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 16/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer; *PDL nº 39/99, que aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Obtensões Vegetais; *PLC nº 21/97, que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis; *Projeto de Resolução nº 31/99, que autoriza a União a celebrar o Aditivo ao Acordo de Reescalonamento de Dívida firmado entre o Brasil e o Suriname; e *Projeto de Resolução nº 32/99, que autoriza a União a celebrar acordo com a Telecomunicações do Suriname – Telesur.

COMISSÕES

- ▶ 10h - CPI do Judiciário
Pauta: Exposição do técnico judiciário Antônio de Pádua Ferreira, do TRT da Paraíba; e Paulo de Tarso de Oliveira, TCU. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
- ▶ 16h30 - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Exposição do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

- Terça-feira (20.4.99)
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: Será dedicada a comemorar o 39º aniversário de Brasília.
Pauta: *PDL nº 49/98, que aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Águas Claras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Catuípe-RS; *PDL nº 51/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Varginha-MG; e *PDL nº 52/98 que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cerro Largo-RS.

COMISSÕES

- Terça-feira (20.4.99)
- ▶ 11h - CPI do Judiciário
Pauta: Exposição da presidente do Basa, Flora Valladares Coelho
- ▶ 16h30 - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Cláudio Mauch, ex-diretor de Fiscalização do Banco Central. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

Projeto de Estevão cria direitos para locatários de shoppings

Os locatários de unidades autônomas de *shopping centers* poderão participar com direito a voto da elaboração da convenção de condomínio e nas assembleias gerais, ordinárias ou extraordinárias, nesses centros de comércio, segundo projeto apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF). A proposta altera a Lei n.º 4.591, de 1964, que estabelece as regras de condomínio em edificações e incorporações imobiliárias.

Luiz Estevão explica, na justificativa do projeto, que as unidades

autônomas do *shopping* pertencem normalmente a um só proprietário, dando a ele o direito de fixar taxas sem precisar prestar contas a ninguém. Segundo o senador, hoje não é dado o “direito de o inquilino opinar sequer quando da fixação dos valores das cotas-extras, o que o coloca na condição de mero refém do proprietário”. O segundo aspecto a ser considerado, para Estevão, é que esses aluguéis não são alcançados pela legislação de regência, referente às locações comerciais.

Para Mozarildo, legislação ambiental deve ser revista

Em entrevista à TV Senado, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defende uma revisão da legislação ambiental para o aproveitamento mais racional da região amazônica. A entrevista irá ao ar hoje, às 4h30, 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

Manifestando-se contra a proibição de transformar áreas florestais em áreas agrícolas, Mozarildo Ca-

valcanti defende uma normatização que permita ao país desenvolver sua agricultura sem agredir o meio ambiente.

– Temos de definir o que o Brasil quer da Amazônia. Se é apenas manter árvores entortadas apodrecendo pela ação dos cupins ou aproveitar essa madeira de maneira racional, e produzir alimentos para um país que passa fome – diz o senador.

Alcântara propõe controle das drogas “da moda”

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu o controle e regulamentação das *fast-drugs*, citando especialmente o *Xenical*, o mais novo lançamento farmacêutico no mercado dietético, que promete emagrecimento instantâneo “sob a lei do menor esforço possível”.

– Sob a lógica aparente e perversa da euforia mercadológica, tudo funciona como se o país pudesse dar-se ao luxo de mobilizar a atenção de um povo inteiro em torno do problema exclusivo da obesidade que, no final das contas, afeta faixa timidamente expressiva das camadas médias. Em contraste, os organismos nacionais e internacionais não se cansam de nos recordar que nosso país ostenta hoje um dos mais vergonhosos índices de desnutrição do planeta. Só para lembrar, a mortalidade infantil no Brasil ainda se aloja na faixa de 35%! – afirmou.

O senador alia ao *Xenical* vários *fast-drugs* da moda, a começar pelo *Viagra*, seguido do *Valium* e do *Prozac*, todos com promessas de um mundo fantasticamente melhor.



Lúcio Alcântara

– A segunda metade dos anos 90 se caracteriza pela introdução maciça de produtos farmacológicos comercialmente eleitos para iludir e satisfazer caprichos de uma classe média fútil e obsessiva por tratamentos superficiais contra a melancolia e outros males do espírito humano – alertou.

Ele disse que, “se de um lado a indústria tem apelado para os revigoradores sexuais e para os reguladores de apetite como caros chefe de venda, de outro tem incentivado o consumo desenfreado de psicotrópicos, como calmantes e antidepressivos, para acompanhar o que tem sido chamado de cesta básica química”.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Francisco Lopes explica socorro a bancos

Ex-presidente do Banco Central falará aos integrantes da CPI do Sistema Financeiro sobre venda de dólares a preço inferior ao de mercado e suposto vazamento de informações do governo em benefício de instituições privadas

A CPI que investiga o sistema financeiro marcou para hoje, às 16 horas, o depoimento do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, a fim de esclarecer as decisões do BC sobre a venda de dólares abaixo do preço de mercado aos bancos Marka e FonteCindam, no mês de janeiro, durante a desvalorização do real. O ex-dirigente do BC deverá esclarecer, também, as denúncias de vazamento de informações do governo em benefício de alguns bancos no período. A decisão foi acertada pelos senadores durante reunião interna da CPI, na manhã de sexta-feira.

Amanhã, também às 16 horas, a CPI vai ouvir depoimento do ex-diretor de Fiscalização do Banco Central, Cláudio Ness Mauch. O calendário da CPI e o horário dos demais depoimentos ainda serão definidos em nova reunião interna da comissão, a ser marcada. Os senadores pretendem encontrar um horário apropriado para o funcionamento da comissão, a fim de evitar coincidência com as sessões do plenário e com as reuniões da CPI que investiga as atividades do Poder Judiciário.

O presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), submeteu à votação do plenário da comissão a decisão de divulgar para a imprensa



Francisco Lopes deverá explicar decisões que tomou no comando do BC durante a desvalorização do real

sa os documentos entregues por autoridades. Por decisão dos senadores, ficou acertado que todos os documentos que subsidiarem os depoimentos na CPI serão automaticamente divulgados, como, por exemplo, a volumosa pasta entregue pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, durante seu depoimento na comissão, na quinta-feira. Os demais documentos deverão ser analisados caso a caso e sua divulgação dependerá de decisão da comissão.

TRANSPARÊNCIA

O senador José Alencar (PMDB-MG) defendeu a ampla divulgação de todo o material entregue à CPI, alegando que esse procedimento dará "mais transparência ao trabalho da comissão".

Outra decisão que ainda deverá ser tomada pela CPI é sobre a possibilidade de depoimento do deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), o primeiro a denunciar, pela imprensa, o suposto favorecimento de instituições financeiras na desvalorização do real. Durante a reunião, não houve consenso sobre o assunto. A sugestão de chamar Mercadante partiu de Pedro Simon (PMDB-RS), contou com o apoio de Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) e do próprio relator da comissão, senador João Alberto Souza (PMDB-MA). Manifestaram-se contra a convocação os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), vice-presidente da CPI, e Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Por sugestão de Arruda, aceita pelo presidente da comissão, o assunto deverá ser decidido em reunião secreta da CPI.

Os senadores contrários à participação de Mercadante alegam que o deputado pode fornecer toda a documentação que possui para a comissão, e que seu depoimento poderia parecer à opinião pública que a CPI não é apenas do Senado.

Os que defendem a participação do deputado alegam que não há nada de mais no fato de Mercadante prestar um depoimento na comissão.



Alcântara disse que as fragilidades do BC vêm sendo expostas desde a instituição do Proer



Eduardo Siqueira Campos afirmou que episódios no sistema financeiro descartam autonomia do BC

Senadores apontam fragilidades no BC

Os fatos que provocaram a investigação da CPI dos Bancos, como vazamento de informações e favorecimento ilícito a instituições financeiras durante a mudança cambial, demonstram que o Banco Central é uma instituição frágil, afirmaram na sexta-feira os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), titulares da comissão.

– Esses fatos demonstram, mais uma vez, uma fragilidade muito grande do Banco Central. Esse episódio do Banco Marka, que trabalhava, alavancava um volume de recursos vinte vezes maior do que seu patrimônio, mostra que o Banco Central deixa muito a desejar como guardião da moeda e fiscalizador do sistema financeiro – disse Lúcio Alcântara.

Para Eduardo Siqueira Campos, esses episódios no sistema financeiro descartam automaticamente a proposta de autonomia do Banco Central. A fragilidade no funcionamento da instituição, observou Lúcio Alcântara, pôde ser notada anteriormente, durante o socorro dado pelo governo aos bancos com o Proer.

Naquela ocasião, disse, foi possível constatar que o BC não tinha conhecimento ou não tomou qualquer providência para evitar a crise pela qual passou o sistema, com fechamento e liquidação de diversas instituições financeiras, tendo como consequência a colocação de um volume grande de recursos para salvar os bancos.

Sobre o depoimento do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, à CPI, na quinta-feira, Lúcio Alcântara afirmou que, na mai-

or parte do tempo, o presidente do BC alegou que não tinha informação sobre operações da instituição durante a mudança cambial porque não estava lá.

Eduardo Siqueira Campos disse que o depoimento de Fraga deu à CPI a oportunidade de confrontar suas informações com os próximos depoimentos, principalmente do ex-presidente do BC, Francisco Lopes, marcado para hoje (*ver matéria nesta página*). Para o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), os fatos sob investigação da comissão parlamentar de inquérito realmente aconteceram antes da gestão de Armínio Fraga. Por esse motivo, seus esclarecimentos não foram tão satisfatórios. “Os próximos convocados poderão esclarecer melhor os fatos para a CPI”, disse Mestrinho.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) declarou que está preocupado com a segurança do presidente do Banco Marka, Salvatore Alberto Cacciola, que será um dos principais depoentes da CPI nos próximos dias. “Ele sabe demais e pode lhe acontecer o que aconteceu com Paulo César Farias (PC Farias), que foi morto”, afirmou o senador petista. Suplicy afirmou que já havia conversado sobre o assunto com Pedro Simon (PMDB-RS) e solicita que Cacciola esteja seguro para poder depor na CPI.

Quanto à atuação do Banco Central, Suplicy acredita que a instituição sairá fortalecida depois da CPI, porque terá maior transparência em suas ações. Disse que esperava mais informações no depoimento de Armínio Fraga para ajudar no trabalho da comissão.

Ministério da Justiça acerta colaboração com CPI

Reunião da direção da CPI dos Bancos com o ministro da Justiça, Renan Calheiros, na manhã de sexta-feira, formalizou a colaboração entre Executivo e Legislativo para apurar as denúncias de irregularidades no sistema financeiro, que motivaram a criação da comissão parlamentar de inquérito no Senado. O ministro aceitou o pedido, feito pela CPI, de garantia de segurança da Polícia Federal para o ex-controlador do Banco Marka, Salvatore Cacciola, tão logo o banqueiro retorne ao país.

O encontro, realizado na presidência do Senado, entre os senadores Bello Parga (PFL-MA), presidente da comissão, João Alberto (PMDB-MA), relator, e José Roberto Arruda (PSDB-DF), vice-presidente da CPI, com o ministro da Justiça, também contou com a participação dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).

Foram deliberados os seguintes pontos:

1 – Realização de estudos e ava-



Renan Calheiros e Bello Parga formalizam a cooperação do governo com a CPI dos Bancos

liações, juntamente com o procurador-geral da República, visando à repatriação do dinheiro que teria sido enviado por Salvatore Cacciola ao exterior;

2 – Contato com o procurador-geral da República, para solicitar cópia da documentação apreendida pelo Ministério Público nos bancos Marka e FonteCindam, tanto para conhecimento da Polícia

Federal quanto para informação da CPI;

3 – Formalização da cooperação entre o Ministério da Justiça e a CPI, por meio do coordenador central do Departamento de Polícia Federal, Itanor Neves Carneiro, que passa a ser formalmente a ligação entre o governo e os parlamentares que participam dessa investigação;

4 – Formalização pela CPI do pedido de garantia de segurança da Polícia Federal para Salvatore Cacciola tão logo retorne ao país, já aceito pelo ministro.

O senador Bello Parga, após o encontro, destacou os benefícios que as apurações terão, a partir da integração dos trabalhos entre a comissão parlamentar de inquérito e os órgãos do Ministério da Justiça.



Amir Lando comparou perdas com desvalorização aos estudos realizados pela ONU

Perdas com real dariam fim à fome no mundo

O senador Amir Lando (PMDB-RO) comparou manchete do jornal *Folha de S. Paulo* do dia 14 de abril passado – “País perde R\$ 103 bilhões com a queda do real” – com o resultado de um estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que calculou a necessidade de US\$ 80 bilhões para a erradicação da fome e da miséria em todo o mundo:

– Se fosse utilizada a mesma cotação do dólar que privilegiou os donos dos bancos Marka e FonteCindam, a aritmética mais simples dará conta de que o país perdeu, em um único mês, mais do que o necessário para, pelo menos, tornar mais largo o primeiro passo para erradicar a fome de todos os seres humanos do mundo – destacou Amir Lando.

Na opinião do senador por Rondônia, o Brasil perdeu a noção de grandeza. Ele exemplificou que já não parecem causar espanto os números de uma dívida pública que ultrapassa meio trilhão de reais, nem programas que distribuem bilhões para sanear bancos falidos, ou a corrupção, que continua a ser responsável pela subtração de bilhões dos cofres públicos.

Amir Lando lembrou que a venda da Companhia Vale do Rio Doce, com suas 26 empresas incluindo minas de ouro e minério suficiente para consumo em três séculos, representou apenas R\$ 3,4 bilhões.

Ele acrescentou que a desvalorização cambial foi suficiente para “engolir trinta Vales”, com suas respectivas minas de ouro, bauxita e titânio, além das florestas, ferrovias e portos. “Trinta Vales por trinta dinheiros!”, comentou.

Suplicy mostra documentos que o Banco Central trouxe à CPI

Relatório encaminhado inclui despachos e correspondências trocadas entre BC e os bancos Marka e FonteCindam, durante a crise da desvalorização do real em janeiro

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou em plenário na sexta-feira documentos que compõem o relatório enviado à CPI dos Bancos na tarde de quinta-feira pelo Banco Central. Suplicy leu despachos internos dessa instituição e correspondência trocada entre os bancos Marka, FonteCindam e o BC, que roteirizam a tomada de decisões em relação à venda de dólares a preços abaixo das taxas praticadas pelo mercado e pelo próprio Banco Central:

– Começam a chegar documentos em profusão e que serão importantes para a arguição do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, do ex-diretor de

Fiscalização, Cláudio Mauch, e do banqueiro Salvatore Cacciola – afirmou o senador.

Suplicy destacou o esforço que o Senado Federal está fazendo para apurar e investigar com transparência o sistema financeiro nacional, através da CPI. “Em apenas dois dias, já avançamos muito”, avaliou o senador.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou a morosidade da Justiça em dar continuidade ao que é investigado e provado pelas comissões parlamentares de inquérito. Para o senador, quem está legislando é o Executivo, por meio de medidas provisórias, e restou ao Congresso Nacional fazer a investigação



Suplicy acredita que, em apenas dois dias de trabalho, CPI dos Bancos já avançou muito

e a fiscalização. “Só quem faz investigação é o Congresso Nacional, através das CPIs”, afirmou Simon. O senador explicou ainda

que as pessoas não entendem que não é papel da CPI prender os criminosos e que essa é uma atribuição da Justiça.

Simon afirmou que o presidente do BC, Armínio Fraga, não esclareceu nada em seu depoimento na quinta-feira da semana passada na CPI dos Bancos e que o economista deve ser convocado novamente “quando, à luz dos fatos dos outros depoimentos, ele poderá falar”.

O senador gaúcho lembrou que o depoimento do dono do Banco Marka, Salvatore Cacciola, é da maior importância para o esclarecimento das denúncias de corrupção no BC e que havia pedido garantias de vida para o banqueiro.

Arruda quer medidas para repatriar dólares do Marka

O vice-presidente da CPI que investiga o sistema financeiro, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse na sexta-feira que a comissão vai deliberar, em reunião secreta, sobre as medidas a serem tomadas para recuperar US\$ 17 milhões enviados ao exterior pelo então presidente do Banco Marka, Salvatore Alberto Cacciola, no período em que teria sido favorecido com a desvalorização cambial, em janeiro.

Segundo Arruda, caberá à CPI decidir se haverá repatriação desses recursos, que acarretaram prejuízos para o Estado e os investidores do Banco Marka. “Os caminhos a serem adotados serão de ordem legal, junto ao Ministério da Justiça e às autoridades econômicas”, disse.

O senador explicou que os US\$ 17 milhões correspondem aos recursos que Cacciola teria obtido com os supostos favorecimentos na compra de dólares abaixo da cotação de mercado, enviados para o exterior por meio de uma outra instituição financeira da qual fazia parte o presidente do Banco Marka.

As informações que chegam à CPI dão conta de que o Banco Central teria vendido dólares ao preço de R\$ 1,27 ao Marka e de R\$ 1,32 ao FonteCindam durante a mudança cambial, quando a cotação da moeda norte-americana já havia ultrapassado R\$ 2,00.

Ao defender uma agenda própria



Arruda: trabalho de ambas as CPIs é importante e não deve ser objeto de disputa

para as comissões de inquérito, Arruda disse que ambas as CPIs – dos Bancos e do Poder Judiciário – são importantes para o Senado e a sociedade, mas ressaltou que ainda mais importantes são as reformas político-partidária e tributária. Para Arruda, discutir sobre a importância de uma ou outra CPI “não é o caminho do bom senso”.

Devido à convocação das duas CPIs, salientou, essas deverão funcionar em horários diferentes e apropriados, para que os senadores possam participar das comissões e também para não coincidirem com as sessões do plenário e demais trabalhos do Senado. O cronograma das reuniões e o horário de funcionamento da CPI do Sistema Financeiro deverão ser definidos em reunião da comissão que ainda será marcada.

Viana contesta dados do Ministério da Saúde

O senador Tião Viana (PT-AC) contestou, na sexta-feira, os dados apresentados pelo Ministério da Saúde sobre vacinação no país e defendeu um exame profundo dessas estatísticas, que apresentam índices de até 100% para cobertura vacinal em alguns locais.

Tião Viana explicou que essa baixa confiabilidade pode ser atestada quando se comparam os dados do Ministério da Saúde com os dados obtidos por pesquisas domiciliares feitas pelas equipes epidemiológicas da Vigilância Sanitária:

– Se compararmos os dados relativos ao Brasil com os da Argentina, Peru e Bolívia, nos anos de 1994 a 1997, veremos que nosso país apresenta desempenhos sistematicamente inferiores aos da Argentina e do Peru e semelhantes aos verificados na Bolívia, com alguma vantagem para este país vizinho. De 1994 a 1997, a cobertura de vacinação para poliomielite e sarampo na Bolívia mostra-se equivalente à brasileira, com resultados melhores na metade dos quatro anos de referência. Mas no que se relaciona à cobertura da vacina tríplice, que previne a difteria, a coqueluche e o tétano, nossos resultados foram piores nos quatro anos considerados – analisou o senador.

Em aparte, a senadora Heloisa Helena (PT-AL) observou o “abismo” existente entre os discursos de autoridades do governo e a realidade.



Tião Viana: desempenho da vacinação no Brasil é inferior ao dos países vizinhos

de. A senadora concordou com a necessidade de um exame profundo das estatísticas apresentadas pelo Ministério da Saúde e alertou para a manipulação de dados feita através da publicidade em campanhas de vacinação como a da poliomielite. Heloisa Helena disse que a falta de vacinação contra o sarampo significa, para crianças pobres, pneumonia, encefalite, cegueira e morte.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse que é importante para o Ministério da Saúde, uma vez que é dirigido por um economista, desativar delegacias estaduais do ministério e as superintendências estaduais da Fundação Nacional de Saúde e iniciar a descentralização do setor, repassando atribuições e recursos aos municípios.

CPI do Judiciário pede informações

Os onze requerimentos previstos no roteiro de trabalho já foram encaminhados, iniciando a coleta de dados sobre os cinco casos apontados no documento que criou a comissão

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura denúncias de irregularidades no Poder Judiciário já enviou 11 requerimentos de informações, previstos no roteiro de trabalho apresentado pelo relator, senador Paulo Souto (PFL-BA) e aprovado na última reunião, realizada na quarta-feira da semana passada. O objetivo é aprofundar as investigações dos cinco casos concretos apontados no requerimento que deu origem à CPI, apresentado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

• OBRAS SEM LICITAÇÃO

O primeiro item do requerimento trata de licitações de obras e serviços sem a observância das normas legais, citando como exemplo a construção do edifício-sede das juntas de conciliação e julgamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Os senadores estão requisitando junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) o edital da licitação, relatórios e pareceres sobre o caso, inclusive o que possibilitou a formalização do con-



Roteiro de trabalho do relator Paulo Souto incluía pedidos de informações



Antonio Carlos assinou o requerimento de criação da CPI do Judiciário

trato entre o TRT-SP e a construtora Incal.

Ao TRT, a CPI está pedindo informações sobre o andamento da obra, bem como o volume de recursos já liberados. O Ministério Público deverá enviar aos senadores o inquérito aberto para apurar o caso e que provocou o pedido de quebra do sigilo bancário e de indisponibilidade dos bens dos juízes do TRT e dos sócios da Incal.

• GASTOS IRREGULARES

No caso da suspeita de emprego

irregular de recursos públicos, que, segundo o requerimento de Antonio Carlos, ocorreu no Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, a CPI está requerendo cópia das escrituras dos imóveis adquiridos desde a criação do tribunal, para esclarecer a sua legalidade. Ao TCU, a CPI pede informações sobre as providências tomadas para apurar possíveis irregularidades.

• NEPOTISMO

Quanto às denúncias de nomeação irregular de parentes para

cargos públicos (nepotismo) nos tribunais regionais do Trabalho da Paraíba e do Maranhão, a CPI quer a relação completa dos juízes e de todos os ocupantes de cargos efetivos e em comissão, desde a instalação dos tribunais, para cruzar as informações e checar graus de parentesco.

Solicitou ainda ao Tribunal Federal de Recursos da 5ª Região e ao Ministério Público Federal cópias de ações impetradas para sustar nomeações irregulares. O TCU deverá enviar aos senadores relatórios de auditorias instauradas para apurar estas mesmas denúncias.

• INDENIZAÇÕES VULTOSAS

No caso em que o Banco da Amazônia foi condenado pela Justiça do Pará a pagar R\$ 81 bilhões à madeireira Sabim, a comissão pede ao banco cópia do processo, para o conhecimento de detalhes e sobre os critérios para o cálculo das indenizações. A CPI pretende ainda ouvir os advogados do Basa que atuam ou atuaram no processo.

Presidente do Basa vai depor amanhã

A CPI do Judiciário ouve amanhã depoimento da presidente do Banco da Amazônia (Basa), Flora Valadares Coelho, convocada porque o banco foi condenado pela Justiça do Pará a pagar a quantia de R\$ 81 bilhões em ação movida pelos ex-donos da madeireira Sabim, que faliu em 1968. A CPI pretende saber detalhes do processo e conhecer os critérios que podem ter sido utilizados para que se chegasse a esse valor. O caso Basa é um dos exemplos que ilustram as denúncias de "indenizações calculadas com o intuito de lesar o erário", e que constam do requerimento de criação da CPI, apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães em 25 de março. O processo teve início quando a Justiça não aprovou a prestação de contas do Basa, que atuou durante dez anos como síndico da massa falida da madeireira. Sentença proferida em 1981 condenou o banco a pagar 300 milhões de cruzeiros. Depois de longa discussão em diversas instâncias, o Supremo Tribunal Federal acabou por manifestar-se favoravelmente ao Basa e decretou nula a sentença. A madeireira pediu que fosse dada nova sentença, e mesmo antes do julgamento do agravo de instrumento (recurso anterior à sentença), apresentado pelo Basa, foram nomeados dois peritos para atualização dos laudos. Feitos novos cálculos, chegou-se ao valor de R\$ 543 milhões em outubro de 1996. Com o acréscimo de juros e honorários de peritos e advogados, chegou-se ao valor de R\$ 81 bilhões. Em 30 de junho do ano passado, os autos continuavam na primeira instância para encaminhamento à superior.

Autor de denúncias no TRT da Paraíba será ouvido hoje

A CPI do Judiciário, presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), ouve hoje as duas primeiras testemunhas: o técnico judiciário Antônio de Pádua Leite, do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, e o auditor do Tribunal de Contas da União, Paulo Damásio de Oliveira.

A partir das 10h, estará depondo Antônio de Pádua Leite, autor das denúncias de nomeações e contratações irregulares de parentes de juízes e diretores do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-PB). Após as denúncias, o funcionário recebeu ameaças de morte e vive hoje sob proteção da Polícia Federal.

De acordo com Antônio de Pádua, teriam ocorrido no TRT-PB transferências, nomeações e requisições irregulares de servidores e nomeações de pessoas para o cargo de juiz classista em desacordo com a lei.

A CPI aprovou requerimento de informações com a relação de todos os ocupantes de cargos em comissão e servidores efetivos desde a instalação do tribunal, com a menção ao grau de parentesco de



Membros da CPI do Judiciário ouvirão hoje os dois primeiros depoimentos. Amanhã será a vez do terceiro

cada um deles com membros do TRT e das juntas de conciliação sob sua jurisdição e respectivos diretores. Além disso, os senadores requisitaram a relação dos juízes do tribunal, desde sua instalação, com os nomes de seus pais, filhos e esposa. O objetivo é cruzar todos os nomes para verificação de parentesco.

Logo após, depõe o auditor do Tribunal de Contas da União, Paulo Damásio de Oliveira, responsável pela análise da licitação feita pelo

Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo para a construção do edifício-sede das juntas de conciliação e julgamento da capital paulista. A denúncia de superfaturamento na construção do prédio do TRT-SP é um dos cinco casos concretos que foram apontados pelo senador Antonio Carlos Magalhães no requerimento que resultou na criação da CPI.

De acordo com Antonio Carlos, já foram consumidos R\$ 230 milhões na obra e o prédio ainda não

foi entregue. O Ministério Público Federal em São Paulo abriu inquérito para apurar denúncias de superfaturamento na contratação das obras e chegou a pedir a quebra de sigilo bancário e indisponibilidade de bens de dois juízes do TRT-SP e da empresa Incal Incorporações (inclusive seus sócios). A CPI requisitou todas as informações, até mesmo de cartórios, sobre os negócios da Incal Incorporações com o TRT-SP.

Jucá quer fixar prazo para a demarcação de terras indígenas

Projeto de lei apresentado pelo senador exige que todas as reservas dos índios sejam demarcadas até o final do ano 2000

Para marcar a passagem do Dia do Índio, que é comemorado em 19 de abril, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou sexta-feira projeto de lei determinando que a demarcação de terras indígenas seja concluída até 31 de dezembro do ano 2000. A proposta institui pena de crime de responsabilidade para os dirigentes dos órgãos responsáveis pela questão indígena caso o prazo não seja cumprido.

— É inconcebível que, após 500 anos de seu descobrimento, o Brasil continue a conviver com a não conclusão da demarcação das terras indígenas. A falta de agilidade na tramitação dos processos que tratam do assunto vem gerando e alimentando conflitos — afirmou Jucá.

PRAZO DESCUMPRIDO

O senador lembrou que a Constituição deu cinco anos de prazo para demarcação das terras. O prazo expirou em 1993. Jucá considera imprescindível que se estabeleça um novo prazo, mas dessa vez prevendo punições para o seu não cumprimento.

— Propomos, assim, um mutirão de demarcações, com o entendimento entre as partes, a participação dos governos estaduais e municipais e da sociedade organizada, notadamente das entidades não governamentais que tratam



Para Jucá, atraso na demarcação "vem gerando conflitos"

da questão indígena — disse.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) considerou o projeto de Jucá oportuno e concordou que a ausência de uma penalidade fez com que a Constituição fosse "ignorada".

Mozarildo também apresentou projetos para melhorar a situação indígena. Em um deles, ele propõe a extinção da Funai (Fundação Nacional do Índio) e a criação de uma Secretaria Nacional de Assuntos Indígenas, no âmbito do Ministério da Justiça.

Mozarildo Cavalcanti quer ainda que as portarias e decretos que tratam de demarcações de terras indígenas sejam submetidas ao Senado Federal para evitar ar-

bitrariedades. Em outro projeto, o senador pede que seja fixado um percentual máximo de 30% do território do estado para a criação de parques e reservas.

CRITÉRIOS

Apesar de defender a demarcação das terras dos índios, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) cobrou do governo a adoção de critérios para a realização do trabalho.

Segundo ele, o que predomina hoje é o interesse de grupos, sem que os estados, a população e até mesmo os índios sejam ouvidos.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ressaltou a autoridade de Romero Jucá e Gilberto Mestrinho para falarem sobre o assunto.

Ele alertou para a existência de aproveitadores dos índios e para o fato de que o governo deve garantir as áreas indígenas, sem se importar "se forem do tamanho de Portugal".

Senador propõe cadastro de projetos

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) anunciou, em plenário, que vai apresentar proposta de criação de um cadastro de tramitação de projetos no Senado Federal. Segundo o senador, muitos projetos são apresentados hoje pelo fato de o autor desconhecer a existência de outros iguais ou similares já em tramitação.

— É importante que seja criado esse cadastro para os parlamentares consultarem os projetos e verificarem se a proposta já está em andamento, porque é

mais prático apresentar uma emenda a um projeto que já está mais adiantado, que um novo — argumenta Jucá.

Como exemplo, ele citou proposta de emenda à Constituição de sua autoria que reduz a idade de responsabilidade penal de 18 para 16 anos. A proposta de Jucá, segundo ele informou, já está em tramitação há mais de três anos, mas outra, com o mesmo conteúdo, foi apresentada recentemente.

— Existem muitos outros exemplos — disse o senador.

Estevão sugere restrições à redução da impunibilidade

A redução da inimputabilidade penal para 16 anos de idade, prevista em várias propostas que tramitam no Congresso, deve ter sua aplicação limitada à prática de crimes hediondos, afirmou, em pronunciamento feito sexta-feira, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Argumentando que o jovem que comete latrocínio, homicídio, estupro e extorsão com morte "tem consciência de que está praticando um crime", ele anunciou que apresentará proposta de emenda constitucional com esse teor.

Para Luiz Estevão, a redução pura e simples da idade a partir da qual se aplicam as penas legais sujeitará os menores de 18 anos a serem imputados por outros 70 crimes, sobre a maioria dos quais "99% dos jovens não têm sequer consciência de que sejam práticas criminosas". Entre esses, o senador relacionou crimes, que implicam pena de detenção, como o abandono de incapaz, o impedimento de cerimônia funerária, a violação de sepultura, a sedução, a prática de ato obsceno e o desacato.

— Sou contra a redução da idade para esses 70 crimes — afirmou.

Ao contrário do que muitos apregoam, Luiz Estevão disse que o Estatuto da Criança e do Adolescente não assegura a impunidade de menores criminosos, estabelecendo que, caso o menor cometa um crime, pode ser punido pelo prazo máximo de três anos, inclusive com a perda da liberdade. Ele citou o caso do assassinato, em Brasília, do estudante Marco Antônio Velasco, por uma gangue: um dos menores que participa-

ram do homicídio foi preso.

Por outro lado, Luiz Estevão chamou a atenção para as péssimas condições em que os menores são encarcerados, frisando que a sociedade não pode permitir que o menor, ao ser retirado do seu convívio para cumprir a pena pelo crime que cometeu, permaneça em instalações inadequadas a sua correção.

O senador classificou os centros de correção e recuperação de menores como "verdadeiras escolas do crime" que, em

vez de servir para sua recuperação, servem para a introdução do menor, na maioria das vezes de forma permanente, no mundo criminoso.

Luiz Estevão disse que o Senado não pode ficar indiferente à questão do envolvimento do menor na prática criminosa, "já que as consequências para a sociedade são as piores possíveis", tanto pelo agravamento da violência quanto pela defor-

mação que provoca nesses jovens.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) opinou favoravelmente a punições mais rigorosas para os adultos criminosos que aliciaram menores e anunciou que apresentará projeto estabelecendo que essa prática seja considerada crime hediondo.

Estevão considerou a iniciativa de Mozarildo como "da maior importância e um passo notável no sentido de acabar com a exploração criminosa dos menores e seu envolvimento com o crime". O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) concordou com os colegas considerando fundamental a responsabilização daqueles que instrumentalizam os menores.



Luiz Estevão: só crime hediondo justifica penalização de menores

Projeto permite reingresso de servidor que se demitiu

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou projeto que viabiliza o reingresso dos servidores federais que tenham se demitido voluntariamente. Segundo a proposta, o reingresso ocorrerá através de requerimento do servidor, feito até cinco anos após a publicação do ato de aposentadoria, e o interessado não poderá ter completado 70 anos.

A proposta, conforme o autor, vem ao encontro de manifestação da Advocacia Geral da União, cujo parecer, sancionado pelo presidente da República, reclama da ausência de uma "lei autorizativa" que permita o retorno daqueles que desejam voltar ao serviço público.

O reingresso se daria, preferencialmente, no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação. Maldaner disse que, ao elaborar a proposição, lembrou-se dos inúmeros cientistas, professores e outros profissionais que foram afastados de suas atividades no período

militar, "com enormes prejuízos para o saber e os interesses nacionais".

Mais recentemente, ele acrescentou, temerosos das mudanças que seriam introduzidas com a reforma da Previdência, um número expressivo de servidores pediu demissão "precipitadamente".

O senador notou que durante a fase de tramitação da reforma da Previdência, foi crescente o número de aposentados. Ele entende que isso aconteceu porque o governo federal não divulgou de forma clara e transparente os seus objetivos.

— Se considerarmos apenas o Executivo federal, observamos que o número de aposentadorias por ano, que esteve abaixo de 18 mil em 1994, alcançou cerca de 34 mil em 1995, 27 mil em 1996, 25 mil em 1997, e 20 mil em 1998 — exemplificou Maldaner.

Para ele, o prejuízo tornou-se maior porque passaram para a inatividade justamente os servidores mais ex-



Maldaner quer beneficiar os servidores que hoje fazem falta à administração pública

perientes, "gerando uma inestimável lacuna no serviço público".

No entanto, segundo o senador, depois da promulgação da reforma da Previdência, diversos servidores têm manifestado o desejo de retornar ao serviço público. Ele entende que isso aconteceu também por influência do dispositivo adotado pelo governo que permite aos servidores que contavam com tempo integral para se aposentarem até a promulgação — e não o fizeram — o direito de isenção do desconto em seus vencimentos da parcela correspondente ao INSS.

Carlos Wilson homenageia os 90 anos de dom Hélder

Ao homenagear a passagem dos 90 anos de dom Hélder Câmara, o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) afirmou,

que "a profícua vida do sacerdote ainda haverá de ser coroada com a vitória suprema de ver que o Brasil deixou de ser o país dos privilégios e das desigualdades e tornou-se a terra da fraternidade e da igualdade de oportunidades."

Segundo o senador, são mais de 70 anos dedicados à missão de resgatar a dignidade dos pobres e oprimidos do Brasil, em especial, no Nordeste. Além do que, conforme Carlos Wilson, dom Hélder "tem despertado as elites intelectuais e incomodado os poderosos, em uma luta

que tem sido impulsionada sobretudo pela força da fé".

Como exemplos da capacidade agregadora do sacerdote, o orador citou-o como idealizador da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e como o principal responsável pela fundação da Conferência Episcopal Latino-Americana, (Cela).

Mesmo recolhido à sua residência no Recife, disse o senador, dom Hélder ainda é hoje uma referência para os que lutam por justiça entre os homens.

Uniram-se à homenagem a dom Hélder, em apartes, os senadores Romero Jucá (PSDB-RR), Tião Viana (PT-AC), Heloisa Helena (PT-AL) e Gilvam Borges (PMDB-AP).



Segundo Wilson, dom Hélder é uma referência para a luta por justiça

Tebet defende solução das penas alternativas

Nem sempre a punição mais adequada para quem pratica um crime é o cumprimento da pena em regime fechado. Com a superlotação dos presídios, as penas alternativas constituem uma boa solução e já vinham sendo aplicadas mesmo antes da aprovação da lei no ano passado. Essa é a tese defendida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), no programa *Cidadania*, da TV Senado, que irá ao ar hoje às 13h30 e 21h15.

O senador sugere a aplicação de penas alternativas para a punição de pe-



Ramez Tebet

quenos delitos. E destaca os benefícios sociais da medida, que reduz em 100% o custo de um preso para o Estado. O juiz Ademair Vasconcelos, que também participa do debate na TV Senado, lembra que as penas alternativas devem ser curtas e incentivar a profissionalização. Ele cita casos bem-sucedidos como o de Planaltina, no Distrito Federal, onde as punições em pequenos delitos de trânsito reduziram o número de acidentes e de reincidência de casos.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Musculação
7h30 — *Especial Unip* — Expedição na Amazônia
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Saúde Todo Dia* — Hidrogênica
8h30 — *Jornal do Senado*
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Especial* em homenagem ao Dia do Exército
9h30 — *Entrevista* — O senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre legislação ambiental
9h55 — *Senado em Pauta*
10h — *CPI do Judiciário* (ao vivo)
12h30 — *Entrevista* — O senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre legislação ambiental
12h55 — *Senado em Pauta*
13h — *Especial* em homenagem ao Dia do Exército
13h30 — *Cidadania* — A aplicação de penas alternativas é o assunto discutido entre o senador Ramez Tebet e o juiz de direito Ademair Vasconcelos
14h30 — *Sessão Plenária* (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — O senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre legislação ambiental
19h — *Cidadania* — A aplicação de penas alternativas é o assunto discutido entre o senador Ramez Tebet e o juiz de direito Ademair Vasconcelos
20h — *Especial* em homenagem ao Dia do Exército

20h30 — *Entrevista* — O senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre legislação ambiental
21h — *Jornal do Senado*
21h15 — *Cidadania* — A aplicação de penas alternativas é o assunto discutido entre o senador Ramez Tebet e o juiz de direito Ademair Vasconcelos
22h — *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — CPI do Judiciário (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — *Sessão Plenária* (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — "A Voz do Brasil"
Em seguida — Música e informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação
0h — *Sessão Plenária* (Reprise)
Em seguida — Música e informação

Mozarildo quer ampliação do Mercosul a toda região

Senador de Roraima acredita que integração completa do continente sul-americano é o melhor caminho para o desenvolvimento

Ao defender a ampliação da integração dos países da América do Sul, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou na sexta-feira que o Brasil, na condição de economia mais forte, deve trabalhar para que o Mercosul se transforme "tão rápido quanto possível" em um mercado que englobe toda a região:

— Como representante de um estado do extremo norte do Brasil, vejo como primordial para o nosso país que avance a integração com nossos vizinhos fronteiriços, como a Venezuela, Suriname e Guiana — disse Mozarildo.

Segundo o senador, o fato de a Venezuela pertencer ao Pacto Andino, que reúne também Bolívia e Chile, já em contato com o Mercosul, faz com que esse país tenha facilidades para se integrar aos países do Cone Sul. Mozarildo ressaltou as características da economia venezuelana, que tem forte base industrial, minerais e renda *per capita* de mais de US\$ 3 mil:

— Sou fervoroso defensor da integração dos países latino-americanos em um mercado que possa propiciar-lhes uma via de desenvolvimento ao abrigo das for-

tes pressões norte-americanas pela nossa subordinação à sua ordem econômica — avaliou.

Na visão de Mozarildo, os países menos desenvolvidos devem constituir blocos de defesa para se contraporem ao poderio dos EUA. A adesão do Brasil à Alca (Área de Livre Comércio das Américas), continuou, significa a subordinação da economia nacional à daquele país, o que anularia as nossas chances de autonomia nacional e internacional, "comprometendo o desenvolvimento harmônico e sustentado":

— Fortalecer o Mercosul, apoiar suas conexões com a Europa, a China, o mercado asiático e as economias africanas. Esse é o grande desafio do Brasil que se quer uma grande potência no século XXI — analisou.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), em aparte, disse acreditar que a inserção dos países do Pacto Andino no Mercosul é vital para as economias de estados como Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre. Para ele, o avanço nas negociações com a Venezuela podem "puxar" os demais



Mozarildo teme subordinação da economia brasileira aos Estados Unidos

países que fazem parte daquele pacto. Da mesma maneira, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) entende ser fundamental que o país acelere o encontro dos países da região.

Outro tema que mobilizou os senadores de Roraima foi a situação política da Venezuela. Jucá se disse preocupado com o momento de crise entre os poderes naquele país e apelou para que o país siga sua tradição e consolide a sua base democrática.

Teotonio pede política para o Velho Chico

Antes de decidir sobre o futuro da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), é preciso que o governo federal estabeleça quem vai pensar no rio São Francisco no que diz respeito à recuperação, preservação, integridade e utilização de suas águas. Ao fazer este comentário, o senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) revelou que o presidente Fernando Henrique Cardoso garantiu que só vai avançar na privatização da empresa depois que for definido sobre o modelo de gestão do São Francisco:

— Mais de 14 milhões de brasileiros em 440 municípios dependem do São Francisco. Por isto, a discussão de um modelo de gestão para o rio deve ser o alvo principal das nossas atenções. Mais do que nunca, neste momento, precisamos ficar atentos, pois o destino das águas



Teotonio: "Destino das águas do São Francisco está em nossas mãos"

do rio está em nossas mãos — alertou Teotonio Vilela Filho.

Na opinião do senador por Alagoas, é necessário preservar o direito à água dos

produtores de energia elétrica, mas também é igualmente importante garantir o uso da água para irrigação, criação de peixes, controle das enchentes, hidrovia e manejo de suas eclusas.

Ele concordou com o presidente sobre a necessidade de que seja definida e identificada claramente a instância responsável pela gestão e conservação do rio São Francisco.

Teotonio registrou que o São Francisco hoje já está ameaçado pelo desmatamento de suas margens, pela contaminação de esgotos, pela erosão dos solos e pelo assoreamento, que estão reduzindo o volume de suas águas. Mas destacou que, se for realizada uma ação efetiva de recuperação da vegetação das margens do rio, ele terá um aumento de pelo menos 5% na sua vazão.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Távola homenageia Ataufo Alves

Ao lembrar que no próximo dia 2 de maio o sambista Ataufo Alves completaria 90 anos e que no dia 20 de abril ocorrerá o aniversário de 30 anos de sua morte, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) registrou toda a trajetória do cantor, desde o início da carreira até algumas lembranças, homenagens e opiniões. Também fez parte do pronunciamento a discografia e todas as composições do compositor:

— Estudando-se a vida de Ataufo resulta impressionante a capacidade de invenção e a criatividade daquele menino de paupérrima origem, vindo

para o Rio com 17 anos, sem qualquer estudo ou chances de subir na vida, e com lances de criatividade, aplicação, sensibilidade inata e talento elaborado de autodidata — observou Távola.

Na opinião do senador pelo Rio de Janeiro, a ascensão e glória de Ataufo Alves merece um estudo, sob o aspecto da sua inserção entre os valores do movimento negro brasileiro e entre os pilares do samba urbano-carioca do Brasil.



Artur da Távola

Távola acrescentou que o sambista, natural de Miraflores (MG), conseguiu, apenas com bom senso e talento, administrar com competência sua carreira-solo, numa época em que isto era muito difícil.

Entre as composições de Ataufo Alves que transformaram-se em clássicos da música popular brasileira, Artur da Távola destacou *Laranja Madura*, *Pois é, Atire a primeira pedra*, *Milata assanhada* e *Amélia*.

Simon defende entendimento do governo gaúcho com montadoras

Afirmando que, se fosse governador, “também iria querer discutir os contratos”, senador alerta o estado para não perder a GM e a Ford

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu na sexta-feira ao governador Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul, que repense a posição que vem adotando de não repassar à Ford e à GM recursos acertados pelo ex-governador Antônio Britto, a título de incentivos fiscais visando à instalação de fábricas no estado. Dirigindo seu pronunciamento especialmente ao governador do Rio Grande do Sul, conforme enfatizou, Simon advertiu-o de que lá o PT nunca poderá ser novamente governo caso perca a “oportunidade desenvolvimentista” propiciada pelas montadoras, principalmente na arrecadação de impostos e no combate ao desemprego.

— É mais do que claro que Olívio tem razão de debater, discutir e divergir do contrato. Se fosse governador eleito depois de Antônio Britto, eu também iria querer negociar, para que o contrato fosse menos oneroso. Mas não deixaria jamais passar a oportunidade de a Ford e a GM ficarem no estado — argumentou.

O senador alertou para o acúmulo de prejuízos que poderiam advir para o Rio Grande do Sul face à negativa de Olívio Dutra de honrar o compromisso do go-



Simon diz que o futuro cobra da atual geração a oportunidade de assegurar as montadoras

verno anterior, entre eles os de ordem jurídica, com indenizações. “Também acho absurdo tirar dinheiro que o estado tem em caixa para financiar a GM e a Ford. Posso criticar o contrato feito por Britto, mas devemos pensar que têm faltado investimentos no estado”, salientou.

“O futuro cobra de nós essa oportunidade”, enfatizou Simon, recordando que o Rio Grande do Sul já deixou escapar duas vezes a oportunidade de ter um grande empreendimento — uma hidrelétrica, quando Juscelino Kubitschek era presidente, e a montadora Fiat, em 1976.

Ele pediu apoio à bancada petista no Senado para convencer o governador a rever sua posição. Disse ter certeza de que o propósito de Dutra de levar a termo os princípios do PT é elevado, mas lembrou que já foi governador e pode dimensionar a perda que uma “decisão errada” sobre os investimentos gerará. “Não gostaria de ser responsável pelas cobranças que a nossa geração nos fará no futuro, se perdermos esse projeto”, alertou. Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) cumprimentou Simon e disse que a Ford e a GM são fundamentais para o país.

Gilvam pede aprovação da reforma tributária

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) fez um apelo, na sexta-feira, ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e a todos os líderes partidários para que seja aprovada, com urgência, a reforma tributária. Frisou que isso é necessário para que o Brasil possa manter uma política fiscal equilibrada, aumentar a produção, manter a estabilidade monetária e dinamizar exportações, contribuindo para o bem-estar da população.

Gilvam comentou que a reforma tributária não é “a panacéia para todos os males econômicos do país”, mas certamente poderá contribuir para aliviar a crise. “No curto período de dezembro de 1998 a fevereiro de 1999, a dívida líquida do setor público passou de R\$ 338 bilhões para R\$ 500 bilhões, representando quase 52% do Produto Interno Bruto. Isso deve servir de alerta para as autoridades



Gilvam considera a reforma necessária para manter uma política fiscal equilibrada e aumentar a produção

econômicas, no sentido de tomar providências imediatas para incentivar o setor produtivo”, salientou.

Para o senador, o Brasil precisa de um sistema tributário moderno, equitativo, seletivo, que obrigue quem ganha mais a pagar mais, reduza a sonegação e a inadimplência e puna severamente os sonegadores, fechando as brechas legais que possibilitam a evasão tributária. “Sabemos que é difícil atender, simultaneamente, a todos esses objetivos. Talvez por isso a reforma tributária esteja sempre sendo adiada. Mas, agora, não pode haver mais demora”, disse.

ramente os sonegadores, fechando as brechas legais que possibilitam a evasão tributária. “Sabemos que é difícil atender, simultaneamente, a todos esses objetivos. Talvez por isso a reforma tributária esteja sempre sendo adiada. Mas, agora, não pode haver mais demora”, disse.



Para Geraldo Cândido, “a prometida apuração rigorosa não passou de demagogia”

Geraldo Cândido lamenta violência no campo

Ao lembrar o assassinato de trabalhadores sem-terra em Eldorado dos Carajás, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse que, passados três anos, até hoje nenhum dos policiais militares envolvidos no massacre está preso. Segundo o senador, a prometida “apuração rigorosa” não passou de demagogia. “Cobrar a punição dos assassinos é dever de toda a sociedade

brasileira”, defendeu.

Geraldo Cândido notou que, na semana em que se relembra a data dos mártires do Pará, o governo “promove mais um engodo”, que é a criação do Banco da Terra, uma linha de crédito do BNDES para o pagamento de latifúndios desapropriados. Ele esclarece que as entidades que lutam pela reforma agrária são contrárias à proposta. “Além do po-

Ademir cobra mais atenção do governo à política fundiária

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) conclamou o governo, na sexta-feira, a cuidar melhor da política fundiária do país para diminuir a violência no campo e aumentar a produção e o número de empregos. Lembrando que no sábado completaria três anos o massacre de Eldorado dos Carajás, “quando foram assassinadas 19 lideranças dos trabalhadores sem-terra”, ele acrescentou “que esse é um caso apenas. Nos últimos 30 anos foram massacrados 700 trabalhadores, dos quais 500 nas regiões sul e sudeste do Pará”.

Ademir avaliou os esforços do governo para assentar, nos últimos quatro anos, 285 mil famílias. “Isso é insuficiente em quantidade, mas sobretudo em qualidade. As famílias assentadas estão, em sua maioria, literalmente abandonadas à própria sorte. Em vista disso, entidades que defendem a reforma agrária estão organizando, em Marabá, uma mobilização para pressionar as autoridades, a ter início no dia 26 de abril”, informou.

Segundo Ademir, a reforma agrária, feita nos moldes tradicionais e desapropriando grandes propriedades improdutivas, tem custado muito aos cofres públicos. “Para minorar as dificuldades, estou pro-



Ademir vai apresentar dois projetos para facilitar a reforma agrária

pondo um projeto de lei proibindo pagamento de juros compensatórios e indenização de cobertura florística, que não se justificam no caso de desapropriação de terra improdutiva”, observou.

Ele apresentará outro projeto propondo desapropriação para reforma agrária, sem qualquer pagamento, de áreas onde forem encontradas cultura de plantas psicotrópicas, onde se pratique o trabalho escravo e infantil ou, ainda, onde exista comércio ilegal de madeira.

Heloísa critica impunidade de autores de massacre

Às vésperas de 17 de abril — Dia Internacional das Lutas Camponesas contra a Impunidade —, data escolhida para lembrar o massacre de sem-terras em Eldorado dos Carajás, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) lembrou em pronunciamento na sexta-feira que, três anos depois, os 154 policiais militares acusados da chacina continuam impunes.

Permanecem também impunes, disse a senadora, “os que ordenaram a desobstrução da PA-150 a qualquer custo e as autoridades responsabilizadas pelo Tribunal Internacional da Terra, realizado em Brasília, em 1997: o governo federal, por não fazer a reforma agrária, e o governador do Pará, Almir Gabriel”.

Heloísa observou que, “num quadro de concentração da propriedade, falta de reforma agrária e impunidade dos criminosos, as mortes em Eldorado dos Carajás não são um caso isolado de violência”.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que o governador Almir Gabriel, o secretário da Segurança Pública do Pará e o comandante Mário Pantoja também



Três anos depois do massacre a impunidade continua, diz Heloísa Helena

deveriam ser responsabilizados pelo massacre. Amir Lando (PMDB-RO) considerou que uma das razões da violência no campo é a omissão do governo. Tião Viana (PT-AC) assinalou que a insensibilidade política do governo federal “culmina nas nomeações políticas” para órgãos como o Incra.

der público abrir mão de conduzir a reforma agrária, vai premiar os grandes proprietários de terra, que, em vez de receberem Títulos da Dívida Agrária, a serem resgatados em 20 anos, passarão a receber dinheiro à vista. Mesmo o latifúndio improdutivo se transforma em ativo financeiro.”

Para Geraldo Cândido, a história da luta pela terra no país tem sido escrita

com sangue. O senador disse que, além dos 19 mortos e mais de 60 feridos de Carajás, registra-se o assassinato de 922 pessoas no campo, somando-se a mais de 820 tentativas de assassinato e 2.412 ameaças de morte no período de 1985 a 1995, segundo denúncia da Pastoral da Terra. “Em razão desses crimes apenas 57 pessoas foram processadas e somente 12 condenadas”, lamentou.